

Diário da Assembléia

Nº 2.546

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLIVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTONIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDIY SILVERIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO DE MATOS LEÃO
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olivio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvio Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cereal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes
Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lelio Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvio Barros
Secretário: José do Cantô Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:
ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Eley Silva Batista
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto
Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Clavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff
M.D.B.: Alencar Furtado
Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Gilberto Felix da Silva
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo
Suplentes:
ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Loris Cordeiro de Barros
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:
ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes
M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Ivo Gusso
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych
Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi
M.D.B.: Silvio Barros
Secretário: Ney Rodrigues
Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Eurico Rosas
Suplentes:
ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior
M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Roberto Diniz Satyro
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani
Suplentes:
ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Carmen Aparecido Fregonese
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:
ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato Olavo Ferreira
M.D.B.: Eurico Rosas
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência
Secretário: Maria Stella M. A. Gurgei

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 180.ª Sessão Ordinária

Realizada em 27 de Novembro de 1970 — (6.ª-FEIRA)

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belici, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Arraldo Busato, Emilio Carazzini, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barroes e Wilson Fortes (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, David Federmann, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Mattos Leão, Eurico Rossas, Luiz Malucelli, Paulo Poli e Túlio Vargas (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 139, 151, 152, 153, 157 e 159-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

4-70:

Do senhor deputado Francisco Escorsin, que denomina Colégio Comercial Massayuki Matsumoto, o atual Colégio Comercial de Assaí, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.163. — Agradeça-se.

110-70:

Do senhor deputado Agnaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Siqueira Campos, Motorizadora, na forma que especifica, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.162. — Agradeça-se.

180-70:

Do senhor deputado Haroldo Bianchi, que declara de utilidade pública o Instituto Rural Diocesano de Jacarézinho, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.168. — Agradeça-se.

113-70:

Do senhor deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sertãoópolis, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.164. — Agradeça-se.

13-70:

Do senhor deputado Seme Scaff, que declara de utilidade pública, o Conselho Apucaranaense de Assistência à Mulher, com sede e fóro na cidade de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.165. — Agradeça-se.

66-70:

Do senhor deputado Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a considerar de utilidade pública, a "Cruzada de São Sebastião", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.166. — Agradeça-se.

181-70:

Do senhor deputado Haroldo Bianchi, que declara de utilidade pública, a Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarézinho, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.167. — Agradeça-se.

261-70:

Oriundo de Mensagem Governamental sob os n.ºs 31-70 e 25-70, que dispõe sobre o Estado da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.169. — Agradeça-se.

159-70:

Do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do município de São Sebastião da Amoreira, um colégio comercial estadual, de 2.º ciclo, com a denominação de "Colégio Comercial Estadual Antonio Francischini, para funcionar a partir do ano letivo de 1971, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.170. — Agradeça-se.

146-70:

Do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autorizou o Poder Executivo a instituir uma fundação educacional com sede no município de Jacarézinho com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação Física, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.171. — Agradeça-se.

194-70:

Do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarézinho, um curso de História Natural, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.172. — Agradeça-se.

189-70:

Do senhor deputado Paulo Camargo, que cria uma Circunscrição de Trânsito no município de Ibatí, com jurisdição nos municípios que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.173. — Agradeça-se.

83-70:

Dos senhores Antonio Russi e Ricardo Pinto de Arruda, presidente e Secretário da Câmara Municipal de Loanda, congratulando-se com esta Casa, pela eleição do senhor Haroldo Leon Peres, ao Governo do Estado. — Ao conhecimento da Casa.

165-70:

Do senhor Norberto de Paula Pinto, presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, comunicando o vemente protesto do povo daquele município pela absurda elevação das tarifas do serviço de FerryBoat, daquela cidade. — Ao conhecimento da Casa.

348-70:

Do senhor Aigacyr Guimarães, presidente do Banco do Estado do Paraná, convidando a Presidência desta Casa, para a inauguração de mais uma agência em Blumenau — Santa Catarina. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

82-70:

Do senhor Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros, no Estado do Paraná, comunicando a posse da nova Diretoria daquele Sindicato. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

- de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 300-70.
- de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 149-70.
- de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 300-70.
- de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando regime de urgência para o Projeto 305-70.
- de autoria do sr. deputado Emilio Carazzini, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 269-70.
- de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 229-70.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após o Plenário, requer se digne Vossa Excelência determinar a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de censura ao excelentíssimo senhor doutor Haroldo Leon Peres, pelas declarações prestadas no último dia 25, à imprensa nacional.

O voto de censura desta Casa se justifica:

- a) pela levianidade com que se houve, declarando ter sido o governador Paulo Pimentel o coordenador da candidatura do sr. José Richa ao Senado, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro;
- b) pela impostura da afirmativa de dizer-se, também, líder do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná;
- c) por semear a dissensão e ódio na família política do Paraná;
- d) por pretender impor a todos, "com mão de ferro", a sua vontade, revestindo-se de funções ditatoriais.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

(a) Alencar Furtado

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente

O deputado que este subscreve nos termos regimentais, requer ouvido o plenário, seja consignado um voto de louvor aos magistrados Joel Pugsley e Mario Rêu, Juizes de Direito das Comarcas de Marilândia do Sul e Faxinal, respectivamente, bem como aos digníssimos promotores públicos, Antônio Francisco Segal e Oromar Cordoba, também de Marilândia do Sul e Faxinal, respectivamente, pela maneira brilhante como se desenvolveram os trabalhos eleitorais naquelas comarcas, tendo referidas autoridades se conduzido com a maior lisura e imparcialidade, dando assim plena tranquilidade a todos os interessados no pleito.

Requer-se ainda, da decisão desta augusta casa de leis, seja dado conhecimento aos homenageados bem como ainda às seguintes autoridades: desembargador Alceste Ribas de Macedo, digníssimo presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Julio Ribeiro de Campos, digníssimo presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Manoel de Oliveira Sobrinho, digníssimo corregedor geral da Justiça e desembargador Ary Florêncio Guimarães, digníssimo Procurador Geral do Estado.

Sala das Sessões, 27 de Novembro de 1970.

(a) Seme Scaff

PROJETO DE LEI N.º 315-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a garantia do Estado do Paraná, na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações constantes do principal, juros, taxas e correção monetária, na operação de financiamento a ser efetivada pela Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimentos S.A., de São Paulo, para a construção e instalação completa de um Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

§ Único — O aval do financiamento a que alude este artigo poderá ser dado pelo Banco do Estado do Paraná ou Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP.

Art. 2.º — Nos Orçamentos Gerais do Estado constarão dotações orçamentárias específicas destinadas à amortização e resgate do financiamento contratado na forma desta Lei, obedecendo os seguintes critérios de distribuição:

- a) No exercício de 1973, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.
- b) No exercício de 1974, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.
- c) No exercício de 1975, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.

Parágrafo único — Os Orçamentos Plurianuais de Investimentos preverão valores fixos para amortização e resgate, na forma do contrato de financiamento a ser contratado, devendo os valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advirem.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de Novembro de 1970.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA

A Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, em seu quarto ano de funcionamento, tem instalações para o seu ciclo básico, na Cidade Universitária.

Dentro do seu organograma de planejamento consta o Hospital de Clínicas, de caráter misto, para ensino e atendimento às populações pobres, e extensivo às regiões, dando-lhe aspecto regional.

A Faculdade, em 1971 deverá comportar 200 alunos em ensino hospitalar, e, para 1972, mais ainda, 280 alunos, com a entrada do ensino em regime de internato.

Essa demanda reflete-se em necessidade de espaço, instalações e equipamentos imprescindíveis para um ensino médico técnico prático.

Desnecessário enfatizar as vantagens desse empreendimento, pois essa Hospital regional preenchendo uma lacuna, que é o atendimento médico em nível superior aos necessitados de todo o Norte do Estado, estará também proporcionando o campo de atuação do aprendiz médico da Faculdade, honesto como deve ser feito, e evitando o estrangulamento que inevitavelmente acontecerá em dois anos, quando 280 alunos tiverem de viver um aprendizado hospitalar.

Por isso, cumprindo um planejamento feito quando o Estado criou a Faculdade de Medicina e atendendo à solução inadiável pelas razões técnicas apontadas, julgamos necessária a construção do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, dentro do prazo mínimo possível.

A fórmula sugerida, que é o financiamento proposto pelo Banco Real de Investimentos S.A. (Cópia anexa), para a construção e equipamento do Hospital em prazo de 36 meses, atendidas todas as disposições legais e técnicas, preenche sem dúvida alguma toda a solicitação pretendida.

PROJETO DE LEI N.º 316-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

(Da nova redação à lei n.º 6156, de 2-10-1970).

Art. 1.º — A Lei n.º 6156, de 2 de outubro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º — O art. 10 da Lei n.º 5.957, de 29 de junho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 — Os atuais Professores de Educação Física e Orientadores Educacionais, em exercício específico dessas funções, portadores respectivamente do Curso Superior de Educação Física e diploma de Orientador Educacional enquadram-se atualmente no ensino primário ou médio, serão enquadrados mediante requerimento, os primeiros na classe de Professor Licenciado nível "24" e os seguintes na classe de Orientador Educacional, nível "23".

Parágrafo único: O enquadramento de que trata este artigo, será estendido também aos portadores de diploma de Licenciado em Pedagogia e Música em exercício no curso primário ou médio, os quais serão enquadrados na classe de Professor Licenciado, nível "24".

Art. 3.º — Os cargos isolados de provimento em Comissão, de Diretor da Diretoria de Administração, Diretor da Diretoria da Despesa Fixa e Diretor do Departamento Estadual de Estatística, do Quadro Único do Pessoal, da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, ficam elevados ao símbolo imediatamente superior da respectiva tabela de remuneração.

Art. 4.º — Aos integrantes da Série de Classes de Engenheiro, do Quadro Proprio de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, fica instituída uma gratificação mensal de produtividade referente à administração e fiscalização de obras de serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A Portaria ministerial n.º 478, de 31 de Junho de 1954, do sr. Ministro ANTONIO BALBINO, da Educação, atribui, além das cadeiras pedagógicas, Matemática, 1.º ciclo, História Geral e do Brasil, 1.º e 2.º ciclos, e Filosofia, 2.º ciclo, para os licenciados em pedagogia.

Considerando estes fatos, e mais:

a) — que o curso de pedagogia se destina à formação específica do professor primário.

b) — que os formados em pedagogia, ipso-facto, são, talhadamente, professores de ensino primário.

c) — que o curso de pedagogia, por ser superior, dá melhores condições de formação integral à criança que se inicia nas primeiras letras.

d) — que o próprio governo, reconhecendo a necessidade de melhorar o padrão didático e cultural em todas as escolas de nível primário e secundário, instituiu inúmeros cursos de pedagogia em todo o Estado, através das Faculdades de Filosofia.

e) — que o curso de pedagogia é um aprimoramento em nível superior do curso normal.

f) — que as estatísticas provam, que nas áreas de Faculdades de Pedagogia, o ensino primário está sendo ocupado por professor formado em pedagogia.

g) — que esta lei, aprovada, somente trará benefício para a melhoria do ensino primário estimulando os professores a procurarem sua especialização através dos cursos de pedagogia.

Os professores de música, atualmente, só tem habilitação legal para o exercício dessa profissão, quando diplomados pelo Curso de Formação de Professores de Educação Musical. Ora, este é um curso de graduação, de nível superior em cinco anos, onde o candidato só ingressa depois de ter terminado o curso secundário completo (gimásio e colégio). Assim sendo justifica-se plenamente que os professores de música, como portadores de diploma do curso superior reconhecido pelo Governo Federal, sejam classificados em nível condizente com os estudos que fizeram.

PROJETO DE LEI N.º 317-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O benefício de abono de emergência concedido aos servidores estatutais pela Lei n.º 6.169, fica estendido igualmente, no mesmo percentual ao pagamento dos professores de aulas suplementares.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento em vigor.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor a 1.º de Novembro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de Novembro de 1970.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o professor de aulas suplementares é um executor do Poder Executivo não havendo razão para deixá-lo marginalizado na concessão de um benefício legal.

O Professor Suplementarista é um funcionário assim denominado por deficiência da organização da S.E.C., que não provê por concurso ou por regulamentação do Art. 64, o preenchimento das vagas do ensino médio. O Professor de aulas Suplementares é um funcionário que merece igualmente tal benefício por ser de inteira justiça.

O Professor suplementarista é um funcionário em permanente regime de excessão o que contraria os interesses dos mesmos da lógica e da mesma educação. O Professor de aulas suplementares com mais de 5 anos de serviço, são considerados funcionários efetivos pela Constituição Federal, por isso mesmo credores dos benefícios de uma remuneração adequada, julgada deficiente pela própria Lei 6.169 de 11.11.1970.

Considerando que o Professor de aulas Suplementares é dos que mais precisa de abono, porque o preço de hora aula para Professor efetivo é de Cr\$ 15,00, enquanto que a do Professor Suplementarista é de Cr\$ 8,52.

Considerando que o espírito da lei deve abranger todo o pessoal civil que presta serviços ao Estado, e é inegável o serviço prestado pelo Professor Suplementarista;

Considerando que o abono de emergência não está creditado à educação porque 85% dos professores de ensino médio estão no regime de aulas suplementares. Existem 8.600 professores secundários sendo que apenas 1.388 efetivos recebem o benefício do abono.

Assim sendo contamos com o apoio de nossos nobres Pares à proposta que apresentamos, face o alto espírito de Justiça que norteia as deliberações desta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 318-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso ginásial noturno para funcionar, a partir do ano letivo de 1971, no "Núcleo Social Yvone Pimentel", bairro do Vila Feliz, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Nada melhor para servir de justificativa do presente projeto do que o incluso abaixo assinado firmado por moradores dos bairros Capão Raso, Parque Industrial, Vila Feliz, Vila Aurora, Pinheirinho, Vila São Pedro e Xaxim, todos desta Capital, ao qual esta Assembleia não poderá deixar de atender, por se tratar de reivindicação das mais justas.

PROJETO DE LEI N.º 319-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso ginásial para funcionar, a partir do ano letivo de 1971, no bairro de Vila Fany, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

É imperativa a criação de curso ginásial ora proposta, por tratar-se a Vila Fany de um dos mais populosos bairros desta Capital, cujos moradores são levados a demandar a outros pontos da cidade para frequentarem o ginásio. Esta Casa de Leis, por seus nobres integrantes, certamente acolherá a presente iniciativa.

PROJETO DE LEI N.º 320-70

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de São Francisco de Imbaú, com sede no lugar do mesmo nome e com as divisas do atual Distrito Administrativo de São Francisco de Imbaú, desmembrado do Município e Câmara de Congonhinhas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Em face do crescente progresso de São Francisco do Imbaú, a criação do município daquele nome, é medida que se impõe.

Dada a importância desta Proposição apresentamos-las as especificações de suas divisas, as quais serão dadas quando da apreciação deste Projeto, na deuta Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, submetemos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo quem queira usar da palavra no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Silvio Barros.

O SR. SILVIO BARROS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desde os primeiros atos da nossa vida, acostumamos-nos a ouvir alguns adágios, entre eles um que nos diz que a vida se assemelha a um teatro. Porém, nem sempre nós temos o desejo de estar participando de uma peça teatral e mesmo muitas vezes temos até o desejo de nos retirar do cenário. Ainda ontem, nesta Casa, verificamos a pretensão descabida, no sentido de cercar-se o direito dos Deputados da oposição em proclamarem as

suas manifestações com relação ao quadro político que tumultua o Paraná. Todavia, pela liberalidade da Presidência, e pela intransigência da mesma Presidência, uns Deputados tiveram a sua palavra cassada e os outros complementares seus pensamentos distantes, é lógico dos preceitos regimentais. Na realidade, a minha presença na tribuna tinha hoje duas razões principais. Uma, proceder o meu agradecimento e as minhas despedidas desta Casa, onde durante 4 anos convivi com os srs. Deputados, com os srs. funcionários, com os srs. representantes da imprensa. E a outra, lavar o meu protesto pela postura da eleição que, na região de Maringá, onde o partido oficialista, através das pressões exercidas sobre o comércio e as classes empresariais levantou, em 48 horas, a vultosa soma de 200 mil cruzeiros e, por determinação das lideranças do partido oficialista, foram alugados todos os automóveis indiscriminadamente, não podendo ficar um sequer para o partido da oposição. Além da convocação feita pela liderança do Partido oficialista, aos donos de automóveis, caminhonetes e peruas para que estivessem no dia 15 de novembro, às 8 horas da manhã, com as fotografias dos candidatos oficiais, na luta pelo transporte dos eleitores, numa flagrante, violenta e até mesmo desonesta atitude, ferindo o Código Eleitoral e os preceitos da ordem dos pleitos eleitorais.

Todavia, referi-me que a ARENA transportou somente os eleitores porque a vitória efetivamente pendeu para o lado desse modesto Deputado que ocupa a tribuna. Tive a honra de sair de Maringá com 4 mil votos sobre os candidatos oficialistas. Nosso comitê, desejo ressaltar, foi violado e foi pilchado por cabos eleitorais da ARENA. Tive a oportunidade de tirar fotografias de nosso comitê bem como dos sete comitês da ARENA na cidade de Maringá, numa outra flagrante falta ao Código Eleitoral, que diz que os comitês serão partidários e não de candidatos. Tudo isto devidamente fotografado e documentado, inclusive fotografias também de cabos eleitorais oficialistas que procederam daquela forma em relação ao nosso comitê.

Naturalmente pretendo representar contra o partido do Governo, mesmo porque disponho de uma certidão da Câmara Municipal de Maringá, onde os candidatos arenistas, após o pleito, reclamam não terem recebido a parcela que lhes cabia dos 200 mil cruzeiros novos arrecadados, por coação, ao comércio e aos meios empresariais de Maringá.

Nossa manifestação não é outra a não ser o protesto do Partido da oposição que, dentro deste espírito que está a proliferar na Pátria brasileira, não poderá obter as condições necessárias nem mesmo para a convocação de sua legenda. Minha manifestação de protesto perdeu o seu colorido em decorrência dos últimos acontecimentos noticiados pela imprensa nacional, relativos à política paranaense.

Quanto a isto, desejo dizer o seguinte. Ao chegar nesta Casa há quatro anos atrás, encontrei o quadro político paranaense tumultuado por uma discrepância existente entre os correligionários do sr. Ney Braga e os do Governador Paulo Pimentel. Encontrei o quadro político paranaense a falar permanentemente do senador Ney Braga e do Governador Paulo Pimentel, produzindo, aquela atitude, a marginalização do MDB como agremiação política. Disse muitas vezes aos meus amigos e correligionários que aquela manifestação de idiosincrasia entre as lideranças arenistas nada mais era do que uma cortina de fumaça, fazendo com que o Senador que pleiteava o Governo estivesse sempre nas manchetes dos jornais e o Governo que então iniciava o mandato se reafirmasse a cada dia.

Nunca analisei aquela situação, porque entendia que as discrepâncias do partido oficialista nada mais eram que a forma de mantê-los vivos na opinião pública, amoldando e sufocando as atitudes oposicionistas. Hoje, o fato é o mesmo. Mudaram tão somente os personagens. A imprensa noticiou as discrepâncias e as impropriedades do Governador que deixa a administração, isto é, Paulo Pimentel e do governo que haverá de assumir no próximo ano, Haroldo Leon Peres.

Mais uma vez, o partido governista arma o grande teatro, fazendo com que aquele que está a deixar o Palácio Iguaçu permaneça, na opinião pública, vivo, a cada dia que passa, e aquele que vem se apresentando para administrar o Estado do Paraná, venha também cada dia mais enfatizado.

E aqui está o MDB marginalizado. Não recebemos, é lógico, as visitas que receberam os governadores; não fomos procurados, é lógico, como foram procurados, na Guanabara, o governador. O MDB está a participar de um teatro bem montado que haverá, por certo, de em 1974, produzir não o crescimento do Partido oposicionista, mas, quando muito, a sua estabilização, ou mesmo a retração em nossas áreas. Isto porque muitos correligionários nossos analisam impensadamente este assunto como se estivessem a defender o Partido. Não participo de nenhum ponto de vista que venha dizer que o nosso Partido fora atingido por esta ou aquela manifestação. O MDB é uma organização nacional. Todo brasileiro tem condições de se referir ao nosso partido criticando, elogiando, ou mesmo pretendendo contribuir. Não é razoável que estejamos a manifestar a nossa apreensão quando um político situacionista se refere a nosso Partido.

Daí porque, repito, não participo de tais atitudes que teriam atingido, ou pretenderiam atingir o nosso Partido. Considero-me inatingível, nada fergo com essas discrepâncias, porque, continuo afirmando, não passam de um teatro montado, onde os homens do partido oficialista estão a medir suas forças. Muitos se submeterão, como se submeteram até hoje. Não é, evidentemente, de se duvidar que isto venha acontecer e não devemos estar aqui discutindo as atitudes do futuro Governador. As verdades foram ditas por S. Excia.

Quando cheguei, srs. Deputados, da luta eleitoral, conversei com meus correligionários e muitos entendem que uma das atitudes mais acertadas do MDB seria a renúncia coletiva do seu Direitor Regional, por não ter conduzido a campanha à altura; por não ter conduzido a campanha em termos práticos, em termos eminentemente partidários.

Mas, a verdade é essa, o MDB não compareceu à luta como partido político, apareceu apenas representado por homens que se dispuseram a defender os postulados partidários. A verdade é que as pressões indiscriminadas feitas sobre todos os Prefeitos Municipais do Paraná, tanto da ARENA quanto do MDB, deram como consequência o arrefecimento do ímpeto dos Prefeitos eleitos pela legenda do MDB. Muitos sucumbiram a ameaças descabidas feitas pelo futuro Governador e passaram-se para a ARENA, como de fato aconteceu com o Prefeito de Terra Boa, eleito pelo MDB, que acabou por defender as candidaturas de Mattos Leão e Acidoly Filho e dos candidatos arenistas. Essas pressões geraram o medo que, inclusive, causou a omissão de outros Prefeitos do MDB, que se mantiveram distantes da campanha como marginalizados, a não querermos se imiscuir na grande luta eleitoral.

Daí porque, aquela afirmativa do sr. Haroldo Leon Peres, é absolutamente verdadeira. Eu não participo também da idiosincrasia generalizada contra o futuro Governador.

Nós não sabemos se governará ou não com brilhantismo e sucesso, mas sabemos que ele vem disposto, como disse, a erradicar a corrupção, a subversão, se elas existirem no Paraná. E isso deve merecer os aplausos do MDB, pois essa é a luta do MDB, é a manifestação do MDB em praça pública. Não há o que criticar.

Disse ele ainda que todos haverão de se submeter. Pois tem ele toda razão, se submeterão, por certo, de nada adianta, os protestos e pruridos da burguesia falida. Dentro de poucos meses estarão, como estiveram sempre, submetidos pela força, pelo regime de força que hoje está a pontificar na Pátria brasileira.

Não participo dessa idiosincrasia generalizada, pois nada mais é o futuro Governador, do que outro Governador do Partido oficial, do que outro Governador que, na realidade, está a cumprir a missão histórica.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O sr. SILVIO BARROS — Não há por que participar, é um teatro onde as manifestações são feitas para a imprensa, são feitas com consentimento, inclusive. Não há por que estar aqui dentro de uma Assembleia Legislativa, onde a convivência dos srs. Deputados da ARENA estava "pari-passu" na campanha, participa e reclama, porque não obtiveram os benefícios da pressão que geraram importâncias vultosas. O que resta a reclamar do futuro Governador, é que se na realidade ele vem possuindo de um espírito de luta e combate, disposto a erradicar a corrupção, todavia participou da corrupção eleitoral que se verificou no Paraná.

Também não participo do ponto de vista emitido pelo sr. Erondy Silvério, quando reclamava o quorum.

Não era nada mais do que outra capa de fumaça daqueles que estão a esperar uma convocação extraordinária.

Aqui não estou para me curvar a estas atitudes como se fosse eu um beco distante inclusive dos acontecimentos de dentro desta Casa de Leis.

A falta de quorum e o desejo incontinente daqueles que pretendem uma convocação extraordinária, porque, na realidade, naquela convocação eles irão receber mil seiscientos e vinte cruzeiros para comparecer a esta Casa e outros mil seiscientos e vinte cruzeiros para deixar a Casa. Como não participo disso, aqui permaneço. Entendo que as contas do Governador atual devem ser apreciadas por esta Assembleia. Se não forem, não será pela minha ausência.

Daí porque afirmar que não participo da idiosincrasia generalizada contra o futuro Governador, porque possui ele qualidades, diz verdades que fazem e naturalmente devem ser compreendidas, é o único membro do partido oficial que lembrou-se do MDB que colocou o nome do MDB no jornal e o reconhece como Partido, mesmo tendo feito restrições. Pela primeira vez na história desta Legislatura o MDB saiu no jornal como Partido de Oposição. O atual Governador nunca nos considerou como tal. Sempre nos levou com a consideração exagerada daqueles que pretendem governar, dando com a mão direita favores aos seus companheiros de partido e fechando a outra mão para os homens do outro partido. Apesar desta consideração exagerada para com todos nós nunca configurou o MDB como partido, de oposição. Na realidade, nós tomamos que nos ater aos problemas relativos ao Estado do Paraná e temos que estar atentos aos quadros montados, aos teatros, às manifestações pré-ajustadas para que se constituam em notícia, devendo projetar tais ou quais Deputados.

O que vale na vida pública para mim é a autenticidade, é a sinceridade. Nunca pretendi e nem pretendo servir o meu Estado a não ser com honestidade de princípio, com dedicação, com carinho e com trabalho.

O deputado Erondy Silvério tem o seu aparte.

O sr. Erondy Silvério — Nobre deputado Silvio Barros, o aparte que V. Exa. me concede, embora tardiamente, muito nos honra. Apesar de ter perdido a oportunidade, quero cumprimentá-lo pela sua coragem, pela clareza com que vem se pronunciando na manhã de hoje.

Quero apenas fazer um reparo. V. Exa. disse, se não me falha a memória, que os Governadores do Partido oficial, da ARENA são do mesmo estófo. Que um vem ameaça, encena e o outro se acomoda e também, se fosse Governador, faria a mesma coisa. E aí justamente, que reside, o equívoco de V. Exa. Nós não acreditamos na entrevista do futuro Governador Haroldo Leon Peres, não acreditamos, porque não acreditamos que Sua Excelência, já eleito Governador deste Estado, com uma vitória estrondosa de seus candidatos ao Senado, um homem de cultura e inteligente, não podia cometer uma burrice daquelas. Portanto, acho que a entrevista não foi da autoria nem da lavra do futuro Governador, de modo nenhum me passa pela mente e pela ideia, que tal entrevista partisse de nenhum homem normal, quanto menos partir de um futuro Governador. Estou com o desmentido de Sua Excelência, acho que ele não concedeu a entrevista, por isso mesmo a ela ontem não me referi na sessão de ontem, apenas protestamos quando os srs. Deputados deixaram de apreciar as contas do Governador do Estado, com a manobra que para nós, até o presente momento, não apresentou uma justificativa cabal. Mas quando digo que V. Exa. laborou em equívoco quando comparou a personalidade dos dois Governadores da ARENA, quero dizer que o Governador que está saindo jamais pressionou, pelo contrário, no Paraná exerceu-se a mais nobre democracia, porque o Governador Paulo Pimentel não usou do poder para pressionar ninguém, ao contrário, todos os candidatos tiveram livre trânsito em nosso Estado, para fazerem propaganda de suas candidaturas; nenhum Prefeito foi chamado e ameaçado, nenhum comerciante foi chamado e ameaçado, o Governador Paulo Pimentel omitiu-se da campanha eleitoral, não permitiu que a máquina do Governo atuasse nem a favor de um ou outro candidato, tanto do MDB quanto da ARENA, houve direitos iguais na apresentação de seus candidatos, na propagação de suas ideias, por todo este Paraná. Portanto o Governador Paulo Pimentel, um Governador eleito pelo povo, soube reconhecer o valor do pronunciamento popular, deixando ao povo a livre escolha, sem pressões, coações ou violências.

E a este o reparo que eu queria fazer a V. Exa. na manhã de hoje e dizer que, no Governo que ora está ficando o Paraná viveu tranquilo, sem perseguições, viveu de trabalho, viveu de progresso, viveu para construir um Paraná maior, Estado de que seus filhos muito se orgulham.

O sr. Igo Lessa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre deputado Silvio Barros, estou ouvindo com grande interesse o pronunciamento de V. Exa. e quero dizer, com relação às eleições que se verificaram no dia 15 de Novembro — quando V. Exa. abordou o problema eleitoral na cidade de Maringá — que, concorrendo eu como candidato oficial da ARENA em Mandaguari, enfrentei quase idêntica situação à que V. Exa. enfrentou em Maringá, porque ali sofrimos as mais violentas pressões por parte do Juiz de Direito daquela Comarca, que, se não bastasse, determinar à autoridade policial a pressão às famílias, para retirarem as nossas propriedades, ainda determinou, no dia das eleições, que os carros que estampassem nossa propaganda, fossem pixados à tinta, para que os nossos nomes des-

saparecessem, realizando este trabalho, nobre Deputado, sob a escolta dos policiais daquela Cidade. Estou preparando uma documentação necessária, para oferecer uma denúncia dessa arbitrariedade, inclusive a busca de prisões que se verificou no próprio dia 15 de Novembro, contrariando todos os princípios da nossa legislação eleitoral. E queria ressaltar a V. Exa. que eu concordei pela ARENA.

O segundo ponto de vista que eu queria reafirmar, é sobre a expressão usada — talvez de uma maneira muito infeliz quando V. Exa. disse: "a maldade da Revolução de 64". Permita-me reafirmar, para que eu possa fazer o meu pensamento, para "bendita Revolução de 64", porque V. Exa., elevando seu pensamento, disse que talvez os atuais detentores do Poder possam levar este País a uma ditadura, a uma ditadura de força. Se nós não tivéssemos tido essa divina Revolução de 64, estaríamos sob uma ditadura há muito tempo! V. Exa., por exemplo, não seria Deputado nem tampouco teria uma tribuna onde V. Exa. exporia seus pensamentos. Creio que o julgamento da Revolução de 64 se procedeu mais uma vez nas eleições de 15 de novembro quando o povo, livre e soberanamente, deu o seu veredicto nas urnas, inclusive prestigiando a Aliança Renovadora Nacional, o partido do grande Presidente Médici, o partido do nosso Governador e do futuro Governador, Haroldo Leon Peres. Portanto, queria fazer um reparo para que não ficasse registrado nos Anais da Casa uma expressão que eu discordaria, uma expressão que por certo o povo do Paraná como a própria eleição está por dizer, discordaria que ficasse registrado sem qualquer palavra que viesse contradizer este pensamento de V. Exa.

O SR. SÍLVIO BARROS — A preocupação do ilustre Deputado no registro relativo às minhas atitudes à Revolução, é plenamente válida da parte de V. Exa. que é evidentemente um dos parlamentares do partido situacionista. Como é válida naturalmente proferida por mim que faço parte do partido da oposição, que maldade significa mais fados, por isto se discute no Paraná uma das leis de exceção do atual Governador que conduziu ao Palácio Itaipu um Governador que não recebeu o voto popular. Isso é o que eu quis dizer, quando me referi ao regime de força, aquele que naturalmente, com bases na lei de exceção, procede muito perto da legalidade algumas atitudes que não estão a convir com a opinião pública geral e não estão a convir com os postulados primários do regime democrático. Eram as manifestações. Eu não disse absolutamente que a Revolução conduziu a Pátria brasileira a um regime ditatorial porque inclusive, acredito hoje, que já estejamos vivendo sobre uma das mais sérias ditaduras econômicas.

O SR. IGO LOSSE — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. afirmou que os atuais detentores do Poder, como uma burguesia que se encontra querendo conduzir o País para um regime pelo menos eu assim entendi, para um regime de força. Agora, quanto à parte de aceitação ou não do atual regime, eu creio que as urnas por si só falaram, nobre Deputado, porque se o povo não estivesse satisfeito, daria o veredicto contrário. E V. Exa. pode ver que a média geral em todo o País foi absoluta de prestigiar ao atual Governador. Portanto, o povo está satisfeito com o Governo que aí está. O povo através das urnas, manifestou-se reafirmando os postulados atuais que o Governo mantém. Portanto, não vejo como isso seja traduzido como um sistema de coação ao povo. Porque o povo se manifestou através das urnas, através do voto secreto, dando a sua opinião e respeito do Governo.

O SR. SÍLVIO BARROS — V. Exa., definitivamente, não acompanhou o meu raciocínio, eu mereceria a prudência de burguesia falada, mas não tem nada a ver com Governo. Agora, o que eu queria dizer e o seguinte: que na realidade o Governo não foi julgado, não houve, no meu entender, nenhuma manifestação de votos em relação ao Governo, foram sim julgados e eleitos os parlamentares, numa eleição que nós chamamos de proporcional, e nesta eleição proporcional V. Exa. acabou de confirmar a corrupção eleitoral que se verificou no Paraná, onde eu milito politicamente através do ocorrido em Mandaguari.

Aí está nossa manifestação. V. Exa. talvez tenha conhecimento até mais amplo da situação que se verificou lá, porque o dinheiro carreado para Mandaguari foi produto da arrecadação nas classes empresariais de Maringá, por força de coação, somando acima de 200 mil cruzeiros novos e os candidatos que não foram bem sucedidos estão a reclamar parte deste dinheiro.

Eu disse que se o futuro Governador do Paraná viesse efetivamente para a governança do Estado com o desejo de erradicar a corrupção em termos totais, não deveria participar, direta ou indiretamente, de métodos desta natureza para conquistar a vitória para seu Partido. Minha afirmação é de uma clareza meridiana e não tem outro sentido. Posso documentar, V. Exa., é um dos que não foi beneficiado por esta máquina montada que conduziu aos resultados que aí estão. Perdemos as eleições por falta de dinheiro. Uma afirmativa, por exemplo, do futuro Governador de que havíamos recebido apoio de Paulo Pimentel é evidentemente falsa. E é fácil V. Exa. medir. Basta apanhar o "Estado do Paraná" de ontem e medir em centímetros a primeira página e as interiores e verificar que durante a campanha toda o MDB não teve condições materiais para publicar matéria daquela extensão. Se tivéssemos recebido a simpatia do governador Paulo Pimentel e tivessemos oportunidade de ocupar o seu império de divulgação um dia sequer, teríamos feito uma campanha que nos conduziria à vitória. Não tivemos recursos para comunicar ao povo que existia no Paraná o ambiente político José Richa pleiteando o Senado. Falhou-nos recursos, e que sobrou do outro lado de maneira indolente.

O SR. IGO LOSSE — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu desconfio este método que V. Exa. denunciou com relação a Mandaguari, onde tive uma votação expressiva. Lamentavelmente, temos que reconhecer que nesta eleição de fato houve corrupção eleitoral, houve compra de votos. Mas creio que isto parte de grupos, de indivíduos, de candidatos que, possuindo grandes recursos, realizam seu esquema. Não acredito, como V. Exa. fez, como eu fiz em Maringá, que tenha partido do futuro governador Haroldo Leon Peres ou do governador Paulo Pimentel. Tenho a impressão de que partiram de outras fontes. Se pressão houve ou algum outro problema, foi por parte de alguma autoridade arbitrária, contra os preceitos e contra a lei. Mas isto, nobre Deputado, não vem viciar as eleições no seu conjunto, na sua soma total, porque na maioria dos municípios as eleições, graças a Deus, se realizaram normalmente, com a autoridade exercendo seu papel de magistratura. Agora, houve alguns casos, como os que V. Exa. denunciou, e como eu também denunciei eu que sou da ARENA, caso de uma autoridade que usou da própria polícia, mas que tinha poderes para tal fim.

Era este o ponto de vista que queria manifestar em relação ao pronunciamento de V. Exa.

O SR. SÍLVIO BARROS — Ilustre Deputado, sempre V. Exa. mereceu de mim o máximo respeito e continuo a respeitá-lo. Até admito sua mani-

festação, considerando-se, inclusive, prejudicado. Posso saudá-lo, mas não acredito que V. Exa. imagine que a situação foi gerada por forças financeiras, econômicas, de determinados grupos, ou que essas importâncias vultosas tenham caído do céu. O que acredito — e V. Exa., sabe — é o amolecimento moral das lideranças do partido governista que ofereceu condições a estas atitudes menos elogiáveis, atitudes condenáveis, que resultaram na evidente corrupção eleitoral, através de vultosas somas que são carreadas a favor dos candidatos governistas. Se não houvesse essa atitude, esse amolecimento das lideranças, não haveria condições de proliferar tal situação. Já afirmei, já me referi, que o futuro Governador participou, direta ou indiretamente, de uma dessas manifestações, onde, em menos de 30 horas se levantou importâncias vultosas, exatamente, e definitivamente endereçada à provável vitória que a ARENA conquistaria em nossa cidade.

Quero adiantar mais uma coisa a V. Exa.: na eleição proporcional nós obtivemos a vitória nas urnas. Na majoritária, não fomos tão felizes. Não fomos tão felizes porque foi exercida uma pressão sobre os componentes de meu partido, em Maringá, que também se omitiram, que também se amedrontaram, que se retiraram, afinal de campo. Senão teríamos ganho, indiscutivelmente.

E esta é a minha manifestação. Não haveria jamais a viabilidade de grupos corromperem as eleições sem a anuência prévia dos líderes responsáveis pela manutenção da ordem em nosso Estado, ou dos líderes responsáveis.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Sílvio Barros, não quero concordar, nem discordar com o pronunciamento de V. Exa.; V. Exa. tem opinião formada. Tão somente peço este aparte para que não se cometesse uma injustiça com dois eminentes companheiros; da ARENA, srs. Deputados, ambos com assento nesta Casa. E quando V. Exa. afirmou, no início de sua exposição, que ontem se fez, nesta Casa, uma tentativa de cerceamento da palavra dos srs. Deputados da oposição, queria fazer justiça ao nobre deputado Olavo Ferreira que, realmente, pediu verificação de quorum, porque V. Exa. há de convir, nobre Deputado, que não fica bem que esta Casa funcione com menos de seis Srs. Deputados. Também o que houve não foi obstrução à aprovação das contas do sr. Governador do Estado. Cortou aqui o testemunho do nosso Líder da ARENA, deputado João Mansur, que, mesmo acamado, soube ser correto e nos informar que as contas foram revistas por um Deputado da ARENA, o parecer exarado também por um Deputado da ARENA, um dos Deputados chegados ao futuro Governador do Estado, e seu Relatório foi muito bem posto, favorável à aprovação daquelas contas. E se houve, ontem, tentativa de obstrução, queria prestar meus esclarecimentos; essa tentativa não se deveu a não aprovação das contas de S. Exa. o sr. Governador do Estado. Havia outro motivo mais sério e que envolvia, sr. Deputado, a Mesa desta Assembleia Legislativa que há algumas semanas vem procurando junto ao Chefe do Executivo a liberação de dotações orçamentárias indispensáveis ao funcionamento desta Casa, inclusive importância destinada a despesas de custeio e pagamento de pessoal. Parece que houve, isso sim, uma reação por parte dos membros deste Poder Legislativo, que quer, deseja e merece, um tratamento à altura por parte do Poder Executivo.

Não tenha dúvidas V. Exa., estamos aqui, hoje, para aprovarmos as contas do sr. Governador do Estado, porque estamos convencidos de que elas estão bem postas, de que o Tribunal de Contas também fez levantamento sério, honesto da situação. Nós todos sempre confiamos muito na lisura, na honestidade do atual Governador do Estado. Sempre estivemos com ele nas decisões mais sérias tomadas nesta Casa e respeitamos S. Exa. como homem, como governador e amigo e continuaremos a fazê-lo. Não temos culpa de que o futuro Governador, saído de nossa grã política extinta, mantenha conosco relações de amizade, que sempre mantivemos com ele.

Não queria deixar passar sem esse reparo, para que se fizesse justiça ao deputado João Mansur, líder da ARENA, e ao deputado Olavo Ferreira, que sempre se portou nesta Casa como homem, nunca transigiu quando achava que o Regimento Interno estava sendo ferido.

Muito obrigado a V. Exa. pela educação com que ouviu meu aparte.

O SR. SÍLVIO BARROS — V. Exa. tem a figura humana característica do embaixador, é diplomata. Mas eu não disse isso, sr. Deputado. Disse que os Deputados estão à espera de uma convocação extraordinária, para receberem mais 3400 cruzeiros. Esta é a verdade. Não me afasto da verdade. Já disse que sou homem sério, honesto, de princípios. Pelo menos tenho e pretensão em sê-lo. Na realidade, não houve tentativa nenhuma de obstrução, houve a obstrução efetiva, porque nunca esta Assembleia deixou de proceder à leitura da Ata, do Expediente e de instalar o Grande Expediente, para nossas manifestações políticas, pa a depois, então, proceder-se à chamada nominal, na ocasião da votação da matéria da Ordem do Dia. Todavia, ontem ocorreu ao contrário. Os ânimos estavam exaltados e os Deputados do MDB haveriam de pôr cõbo a manifestações desalçadas que foram publicadas com respeito ao Paraná. A chamada nominal foi feita, quebrando esta atitude plenamente tradicional da Casa. No encaminhamento dos pronunciamentos não poderíamos deixar passar em branco a manifestação do governador Paulo Pimentel, que teria dado ou consentido através da Copel, 100 mil cruzeiros ao futuro Governador do Estado e reclamava a prestação de contas.

O SR. IVO TOMAZONI — Ao seu escritório.

O SR. SÍLVIO BARROS — V. Exa. está pretendendo encaminhar nosso debate para um assunto que tinha me proposto não discutir. Porque já disse, que não do teatro montado dentro desta Assembleia, quer fora dela, pretendo não participar, por princípio de honestidade.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Depois para um reparo, o Governador eleito, sr. deputado Haroldo Leon Peres, não recebeu absolutamente nada do Governo do Estado, nem do Plánet, nem da Copel. O escritório de planejamento e assessoramento recebeu, mas a figura do futuro Governador do Estado não passou recibo a qualquer importância que, porventura, lhe tenha sido dada. Fique certo V. Exa. que em razão disto, não cabe a ele qualquer prestação de contas.

O vice-governador do Estado, Pedro Parigot de Souza, homem sobre cuja personalidade e trabalho não deve pairar qualquer dúvida, já prestou contas e essa prestação de contas foi feita mensalmente e parece que satisfaz.

Não se deve, portanto, impingir ao futuro Governador qualquer responsabilidade relacionada com falta de prestação de contas referente a importâncias que tenha recebido — que não recebeu. O Escritório recebeu e o seu responsável já fez a prestação de contas. Não foi essa prestação de contas divulgada porque, talvez, não houve interesse.

Não se deve, portanto, impingir qualquer responsabilidade neste sentido ao futuro Governador do Estado porque ele não tem. Era o reparo que tinha a fazer.

O SR. SÍLVIO BARROS — V. Exa. levanta novas atitudes para debate e depois procura, por todas as formas, querer me afastar da discussão.

O que temos condenado no Paraná é a imoralidade da proliferação indiscriminada de Sociedades de Economia Mista, Paraestatais, Estatais que sufocam a iniciativa privada, violentam a empresa particular, concorrem desonestamente na realidade, são órgãos indiretos da administração pública e se prestam para a atividades imorais dessa natureza, qual seja entregarem verbas para formar, às pressas, um Escritório de Planejamento que não estava previsto pela Assembleia.

Não pretendo entrar no mérito desta discussão exatamente porque não participo da idiossincrasia ao futuro Governador do Estado e não seria eu que iria lançar sobre ele esta dúvida, a não ser que V. Exa. queira vestí-lo de virgem, o que não é.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Sabe V. Exa. que as dotações orçamentárias desde que entregues a qualquer Sociedade de Economia Mista, depois de terem sido registradas pelo Tribunal de Contas, a sua Diretoria reúnida e que dá a destinação que bem lhe aprouver, quando considerar a destinação honesta. Não cabe a Assembleia Legislativa do Estado se manifestar sobre a destinação dada pelas Sociedades de Economia Mista no que diz respeito às suas verbas. Não vamos, portanto, inverter os fatos.

Duas Sociedades de Economia Mista destinaram certa importância para a manutenção de um Escritório de Planejamento a de Coordenação, a fim de que seja dada ao futuro Governador do Estado uma visão mais ampla, mais honesta da situação real do Estado do Paraná. Sou dos que aplaude a iniciativa porque assim iremos ter um Governador com uma visão completa da realidade paranaense. Dinheiro aplicado em planejamento não é dinheiro jogado fora. O dinheiro gasto em planejamento é o dinheiro que melhor se gasta neste País. Se tivéssemos tido nos Governos de antes de 60 esta preocupação, este País viveria hoje dias melhores, nobre Deputado. A Revolução, é bem verdade, fez muito por este País que estava em desordem justamente por esta falta de planejamento. Sou dos que aplaudem estes gastos, desta ínfima importância de 100 milhões de cruzeiros antigos porque se gastou muito mais em coisas mais fúteis, que não deram ao Paraná aquilo de sólido que nós tanto ansiávamos e precisávamos.

Não cabe à Assembleia, destinação de recursos de Sociedades Mistas, quando bem destinados e bem aplicados.

O SR. SÍLVIO BARROS — Nobre deputado Ivo Tomazoni, V. Exa. está sempre a me desmerecer como parlamentar! V. Exa., se não leu a Constituição, eu o aconselho a fazê-lo, porque porque tanto o BAPPE quanto a COPEL são órgãos subvencionados pelo Governo, estão sujeitos à fiscalização do Poder Legislativo e, destinar importância à criação de um Escritório de Planejamento, que nós não analisamos sua necessidade, naquele preciso instante?

Não estamos discutindo a validade do planejamento, estamos discutindo o mérito, ou seja a instalação do Escritório na oportunidade, com os recursos daquelas entidades que são subvencionadas pelo Governo, portanto, passíveis de análises por esta Casa.

Ainda resta dizer que as manifestações de V. Exa. vêm para o endereço errado! Não fui eu quem disse, foi o governador Paulo Pimentel, através da imprensa.

Não tenho nada com isso!

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que o nobre Deputado tem somente mais dois minutos para concluir.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte?

O SR. SÍLVIO BARROS — Agradeço ao sr. Presidente, apenas darei o aparte solicitado pelo nobre deputado João Mansur.

O sr. João Mansur — Agradeço ao nobre deputado Sílvio Barros, e sei o que. Apenas, nobre Deputado, quando V. Exa. diz que está se despedindo desta Casa, quero, congratulá-lo com V. Exa. e de resto com a bandeira do Movimento Democrático Brasileiro nesta Assembleia, na oportunidade em que esta Casa oferece ao Paraná, três dos mais brilhantes homens públicos que por esta Casa passaram: V. Exa., nobre deputado Sílvio de Barros, o deputado José Alencar Furtado e o deputado Olívio Gabardo, e que, se de um lado nos sentimos consternados pela ausência do brilhantismo e da cultura de V. Exas., que tão bem souberam representar o seu Estado aqui nesta Casa de Leis, por outro lado nos sentimos satisfeitos porque sabemos que são três advogados que o Paraná terá na Câmara Federal a postular em favor do nosso Estado e da nossa gente.

Quero congratulá-lo com o Movimento Democrático Brasileiro com o povo paranaense, pela eleição desses três brilhantes colegas nossos que hoje, deixando a Assembleia Legislativa do Paraná, irão prestar serviços na Câmara Federal como defensores do nosso Estado e da nossa gente.

Com relação ao que V. Exa. denunciou no Norte do Estado desconhecido o que por lá se passou, posso afirmar, entretanto que, na minha região, Oeste e Sul do Paraná, não houve nada disso, nem o atual, nem o futuro Governador lá estiveram. A campanha foi democrática, todos os candidatos tiveram oportunidade de se dirigirem ao eleitorado e as eleições decorreram dentro de um clima de ordem e tranquilidade.

Ademais, abusando da sua boa vontade, quero dizer que esta Casa não pode e não deve dar crédito à notícia vinda de outros Estados, especialmente de um Estado que sempre desejou unificar o Estado do Paraná. O que é preciso é que os homens, o que é preciso é que os paranaenses que vivem bem nesta terra e que desejamos o engrandecimento do nosso Estado, estejamos unidos como sempre estejamos nesta Casa que sempre concedeu ao atual Governador do Estado, todo o prestígio para que ele pudesse bem governar. E com isso conto com o apoio da bandeira de V. Exa. para que ele pudesse dar encaminhamento a uma nova administração que viesse corresponder com os anseios do povo paranaense. E preciso que estes mesmos paranaenses que os representantes do povo que para cá vieram em janeiro de 71, estejam unidos para dar prestígio ao sr. Haroldo Leon Peres para que ele possa fazer uma administração à altura dos destinos do grande Estado, que é o Estado do Paraná.

Quero congratulá-lo com a bandeira de V. Exa. e com o deputado Alencar Furtado e Olívio Gabardo e espero que com o mesmo destino, com o mesmo amor cívico, com a mesma despreocupação com que sempre se mantiveram nesta Casa, sejam V. Exas., juntamente com os demais companheiros de ARENA do Paraná os nossos advogados amanhã no Congresso Nacional para fazer as nossas reivindicações a fim de que o Governo Federal faça com que o Paraná receba, aquilo que de direito, para que o Paraná alcance sucesso no cenário nacional.

O SR. SÍLVIO BARROS — Desejo agradecer as considerações a nós manifestadas e, sr. Presidente, com a sua liberalidade, pretendo registrar os

meus agradecimentos ao corpo funcional da Casa, aos Srs. representantes da imprensa e à grande maioria dos srs. Deputados que, durante 4 anos, foram por demasiadamente atenciosos para comigo e para com a nossa bancada. Muito obrigado.

(Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 300-70, titulação e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 300-70. — Aprovado.

De acordo com o requerimento de preferência aprovado.

— 4a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 300-70, Mensagem Governamental n.º 42-70, que estabelece nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, e dá outras providências. — Sem pareceres — Em REGIME DE URGENCIA — COM EMENDAS. — Aprovado.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia, conforme auxílio distribuído aos srs. Deputados.

— Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Resolução n.º 11-70, Proposição n.º 79-70 do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Balanço Geral e as Contas do Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício econômico e financeiro de 1969. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.C. — EM REGIME DE URGENCIA — Aprovado artigo por artigo.

— Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 237-70, Mensagem Governamental n.º 36-70, que autoriza o Poder Executivo receber da União Federal, imóveis de seu patrimônio como dação em pagamento, na forma que especifica. — Sem pareceres em REGIME DE URGENCIA. — Em votação.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário irá proceder à chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

Responderam à chamada 24 srs. Deputados. Há quorum para votação.

— Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 270-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, autorizando o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 120.000,00, ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná, e dá outras provi. — Sem Pareceres. — Aprovado artigo por artigo.

— Votação em 1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 211-70, de autoria do Dep. Luiz Cruz, autorizando o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 à viúva Lúcia Maria Teixeira Costa. — Sem Pareceres. — Em Regime de Urgência. — Será colocado em votação de maneira invertida. — Rejeitado o projeto.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. colocou em discussão e votação o Projeto de Lei n.º 211-70, concedendo pensão a uma viúva?

O SR. PRESIDENTE — Sim. E como não tem parecer a Presidência inverteu a ordem de votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário irá proceder à chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de votação.

(É feita a chamada e a verificação)

17 srs. Deputados aprovam o projeto; 3 srs. Deputados o rejeitam. —

Aprovado.

— Votação em 1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 59-69, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar por intermédio da Secretaria de Saúde Pública, a Amambá que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — Aprovado.

— Votação em 1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 59-69, de autoria do Dep. Sílvio Barros, assegura a prerrogativa para distribuição de bolsas de Estudo através dos Senhores Deputados, para o Ensino Médio, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado.

— Redação Final — do Projeto de Lei n.º 73-70, autorizando o Poder Executivo doar à Diocese de Maringá, o Jeep DKW-VEMAC, motor n.º 8.362.001.326, de propriedade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 73-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Diocese de Maringá, o Jeep DKW-VEMAC, motor n.º 8.362.001.326, chassis 3.02.467, fabricado em 1.959, de propriedade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de Setembro de 1970.

2a) Ivo Tomazoni — Presidente

Roberto Galvani — Relator

Agualdo Pereira Lima

— R edação Final — do Projeto de Lei n. 217-69, que cria uma Escola Normal Secundária, na sede do Município de Leopólis, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 217-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal Secundária na sede do Município de Leopólis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente
Roberto Galvani — Relator
Agnaldo Pereira Lima

— 4.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 301-70, de autoria do dep. Mat. tos Leão, restabelecendo a gratificação individual de produtividade aos servidores dos Portos de Paranaguá e Antonina, na forma e como especifica. — Sem Pareceres — COM EMENDAS. — Ao projeto foram oferecidas três emendas aditivas.

Em discussão a emenda n. 1. Em votação. — **Aprovada.**
Em discussão a emenda n. 2. Em votação. — **Aprovada.**
Em discussão a emenda n. 3. Em votação. — **Aprovada.**
Aprovado o Projeto.

— 3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 55-70, de autoria do Dep. Ovidio Franzoni, transformando em Instituto Estadual de Educação "Cândido Portinari", a atual Escola Normal Colegial Estadual, do mesmo nome, na sede do Município de Cianorte. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — **Aprovado.**

— 3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 238-69, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, declarando de Utilidade Pública, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matinhos", com sede no Município do mesmo nome. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

— 2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 190-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, que cria uma Escola Técnica de Transito no Município de Japurá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com Substitutivo Geral e Emenda. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 125-70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que cria uma Circunscrição de Transito em Castro, com jurisdição nos Municípios de Pirai do Sul, Jaguariaiva, Sengés e Arapoti. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 125-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, na cidade de Castro, uma Circunscrição de Transito, com jurisdição, além do município sede, nos Municípios de Pirai do Sul, Jaguariaiva, Sengés e Arapoti.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1970.

a) Gabriel Manoel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 125-70

Visa o nobre deputado Gabriel Manoel, com o presente plano de lei, criar uma Circunscrição de Transito na cidade de Castro, com jurisdição nos municípios de Pirai do Sul, Jaguariaiva, Sengés e Arapoti.

O projeto em tela, não conflita com dispositivos de ordem legal ou Constitucional, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Em Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

(aa) Emilio Carazzal — Presidente
Roberto Galvani — Relator
Luiz Renato Malucelli
Ivo Tomazoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 125-70

O plano de lei vem articulado e devidamente justificado, de conformidade com o que determina o Regimento Interno.

Por outro lado não conflita com qualquer dispositivo de ordem financeira. Quanto a sua oportunidade nada há a opor.

Nosso parecer portanto é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1970.

(aa) Roberto Galvani — Presidente
Paulo Pol — Relator
João Mansur
Sílvio Barros

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 125-70

Pretende o Senhor Deputado Gabriel Manoel, com o presente plano de lei, criar uma Circunscrição de Transito na cidade de Castro, com jurisdição nos municípios de Pirai do Sul, Jaguariaiva, Sengés e Arapoti.

O mesmo, vem devidamente justificado e articulado, de conformidade com o que determina o Regimento Interno.

O projeto em tela, não conflita com dispositivos de ordem legal ou Constitucional, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Em Parecer.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1970.

(aa) João Mansur — Presidente — Pinto Dias — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 53-69, de autoria do deputado Roberto Wypych, computando para efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo em que o servidor público estadual exerceu o magistério, de qualquer grau, em estabelecimento particular de ensino, reconhecido pelo Poder Público, e dá outras providências. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N. 53/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Será computado para o efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo em que o servidor público estadual exerceu o magistério, de qualquer grau, em estabelecimento particular de ensino, reconhecido pelo Poder Público.

§ 1.º — O tempo de serviço de que trata este artigo será apurado em dias de efetivo exercício e comprovado mediante certidão expedida pela direção do estabelecimento de ensino.

§ 2.º — Será computado o período anterior à data em que o interessado atingiu a idade mínima para o ingresso no serviço público estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1969.

(a) Roberto Wypych

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 53/69

1.º No exame do presente plano de lei, por esta Comissão, foi ouvido o parecer do nobre deputado Abraão Miguel, razão pela qual fomos designado novo Relator, para nos pronunciarmos de acordo com o vencido.

2.º Pretende o Autor da proposição em tela que se compute, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo em que o servidor público estadual exerceu o magistério, em estabelecimento particular de ensino e devidamente reconhecido pelo Poder Público.

3.º Na verdade, tal iniciativa fere frontalmente não só dispositivo de ordem legal, ou seja, o Estatuto do Magistério, e mesmo o Estatuto do Funcionário Público, mais especificamente, como fere, também, princípio de ordem constitucional pois, os casos de contagem de tempo, para este ou aquele efeito, vem capitulados na Carta Magna do País, o que acontece, por igual, na Constituição do Estado, desprezando, por motivos óbvios, a hipótese do projeto que ora se examina.

4.º Em tais condições, somos pela sua rejeição.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

(aa) Emilio Carazzal — Presidente
Luiz Renato Malucelli — Relator
Roberto Galvani

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 303/70, Mensagem Governamental n. 44-70, que dispõe sobre o pagamento das parcelas de taxa rodoviária única, aos Municípios, na forma e como especifica. — Sem Pareceres. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 303/70

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 44/70

Art. 1.º — Serão entregues aos municípios paranaenses, obedecendo as prescrições do "caput" do art. 1.º da Lei n.º 6.124, de 13 de Julho de 1970, as parcelas da Taxa Rodoviária Única arrecadadas no território de cada município, no período compreendido entre 1.º de Janeiro e 31 de Julho de 1970.

§ 1.º — A Secretaria da Fazenda mediante instrução disciplinará quanto a forma de apuração e entrega dos créditos a que têm direito os municípios no aludido período.

§ 2.º — Incumbe, ainda, à Secretaria da Fazenda, mediante prévia audiência do Tribunal de Contas, autorizar a transferência da rubrica própria da receita do Estado da importância necessária ao integral pagamento dos créditos apurados.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro à Mesa dispensa de publicação para a Redação Final do Projeto de Resolução n. 11-70 e consequentemente a inclusão da mesma na Ordem do Dia da última sessão do atual Período que é a próxima segunda-feira. Desta maneira, esta Casa votaria o projeto, independente do terceiro turno de vez que é um projeto que não pode sofrer emenda. No primeiro turno apreciamos a constitucionalidade do mesmo; no segundo apreciamos o mérito e não resta outra coisa senão a Redação Final.

Solicito a V. Exa., sr. Presidente, que defira o requerimento colocando o projeto na Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que o projeto está em 2.ª discussão e deverá voltar, na Ordem do Dia, em 3.ª Discussão.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, estou ciente que está em segunda discussão. Como já disse, em primeira discussão, apreciamos a constitucionalidade, em segunda discussão nos manifestamos quanto ao mérito. É um projeto que não comporta emenda e sempre nesta Casa, pelo menos nestes quatro anos que aqui estou, tem-se dispensado o terceiro turno passando-se para a Redação Final.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. poderá citar o Regimento Interno em que se baseia?

O SR. ERONDY SILVERIO — V. Exa. vai me perdoar, porém não estou com o Regimento Interno em mãos.

O SR. PRESIDENTE — Para chegar o Regimento Interno às suas mãos.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço, sr. Presidente, a sua gentileza. Mas, fiz um requerimento e com V. Exa. tem a assessoria da Mesa pode, perfeitamente, deferir ou não.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa apela ao nobre Deputado que faça o seu requerimento por escrito para juntar ao projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Retirado o requerimento do deputado Eron- dy Silvério. O projeto irá a terceira discussão na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Eron- dy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 305-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Eron- dy Silvério, constante do Expediente, solicitando dispensa da publicação de redação final do Projeto de Lei n. 300-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Emilio Carazzai, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 269-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constan- te do Expediente, solicitando seja consignado na ata dos trabalhos desta Sessão, voto de censura ao Excelentíssimo sr. dr. Haroldo Leon Pêres, pe- las declaradas prestações no último dia 25, à imprensa Nacional. Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para dis- cutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, do requerimento pa- ra o final da Ordem do Dia da próxima sessão, de acordo com artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Haroldo Bianchi, constan- te do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 228-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, constan- te do Expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final do Projeto de Lei n. 149-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Seme Scaff, constante do Expediente, solicitando voto de louvor aos magistrados Joel Pugsley e Mário Rau. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 30, à Hora Regimen- tal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 258-69 — 32-70 — 9-70 — 149-70 e de Resolução 301-70 e 300-70;

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 11-70;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 297-70 — 270-70 — 190-69;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 125-70 — 211-70 — 271-69 — 59-69 — 303-70;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 23-70 e 224-70.

Ata da 181.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 27 de Novembro de 1970 — (6.ª-FEIRA) 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos sr. deputados Haroldo Bianchi e Roberto Wypych.

As 12,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Arthur de Souza — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Olívio Be- th — Leopoldo Jacomet — Agnaldo Pereira Lima — Alencar Furtado — Amadeu Puppi — Arnaldo Busato — Emilio Carazzai — Eron- dy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nach — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Mansur — Jorge Sato — Luiz Cruz — Nelson Buffara — Olavo Fer- reira — Olivir Gabardo — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pilo- Dias — Roberto Galvani — Roberto Wypych — Seme Scaff — Silvio Ba- ros e Wilson Portes (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Francisco Escorin — David Federmann — Antônio Lopes Junior — An- drinho Queiroz — Mattos Leão — Eurico Rosas — Luiz Malucelli — Pau- lo Poli e Tulio Vargas (9).

Verificada a existência de numero legal, o sr. Presidente decla- ra aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nos- sos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão an- terior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 90-70, Veto aposto ao Pro- jeto de Lei n. 229-69, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar à Usina São Pedro Ltda., estabelecida no Distrito de Bom Sucesso, Município de Palo Branco, um gerador marca "Eli- as" como especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em con- dições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.